

“BRINCANDO DE GATO E RATO” NO COMPLEXO DO ALEMÃO: UPPS, ESTICAS E ACORDO DE CAVALHEIROS NA NOVA BRASÍLIA E NO ALEMÃO¹

Vinicius Esperança

Doutorando em Ciências Sociais pelo IESP-UERJ.

E-mail: viniciusesperanca@globo.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de etnografia realizada no conjunto de favelas do Complexo do Alemão (RJ), alguns aspectos que considero vitais para a discussão dos dispositivos acionados pelo estado na ocupação e gestão das populações faveladas em território sob controle das Unidades de Polícia Pacificadora. Investigo três situações aos quais considero simbolicamente relevantes para o entendimento das tensões, aproximações e resistências do encontro das populações locais com certos agentes do estado, os policiais militares: a negociação para liberação de eventos culturais; as abordagens policiais àqueles que têm “atitudes suspeitas”; e as patrulhas realizadas pelos GTPPs (Grupamentos Táticos de Polícia de Proximidade) em busca de drogas e armas pelos becos e vielas do território.

Palavras-chave: Favela; Segurança Pública; Polícia.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze, from ethnography in the set of Complexo do Alemão slums (RJ), some aspects that I consider vital to the discussion of powered devices been in occupation and management of slum populations in the territory under the control of units Pacifying Police. Investigate three situations which I consider symbolically relevant to understanding the tensions, approaches and resistance of the meeting of the local people with certain state agents, the military police: negotiation for the release of cultural events; police approaches to those who have “suspicious attitudes”; and patrols carried out by GTPPs (Clusters of Tactical Proximity Police) for drugs and weapons through the alleys and lanes of the territory.

Keywords: Favela; Public Security; Police;

¹Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada ao SPG 18 “Práticas das Instituições do Sistema de Segurança Pública e de Justiça Criminal”, coordenado pelas Profa. Vivian Paes e Ludmila Ribeiro, no 37o Encontro Anual da ANPOCS, em setembro de 2013.

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de etnografia realizada no conjunto de favelas do Complexo do Alemão (RJ), formas pelas quais os agentes do estado gerem a nova forma de ocupação do território¹ através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Entendo a ação destes agentes como determinadas por dispositivos de controle que objetivam uma gestão moral da vida e do cotidiano das populações locais, que vai além do controle das armas e da repressão ao tráfico de drogas. Investigo três situações aos quais considero simbolicamente relevantes para o entendimento das tensões, aproximações e resistências do encontro das populações locais com certos agentes do estado, os policiais militares: a negociação para liberação de eventos culturais; as abordagens policiais àqueles que têm “atitudes suspeitas”; e as patrulhas realizadas pelos GTPPs (Grupos Táticos de Polícia de Proximidade) em busca de drogas e armas pelos becos e vielas do território. Desta forma, pretendo entender alguns aspectos que considero vitais para a discussão dos dispositivos acionados pelo estado na ocupação e gestão das populações faveladas em território sob controle das UPPs.

¹Reconheço que chamar a região de “território do Complexo do Alemão” pode reforçar a exclusão e a estigmatização históricas daquelas favelas, já que o termo não é usado para tratar de outras regiões da cidade. Por exemplo, fala-se de “região”, “jurisdição” e “zona” quando se trata de outras regiões da cidade como Barra da Tijuca, Leblon ou Jacarepaguá. Contudo, já que este trabalho se propõe a analisar a ação do estado e os agentes e instituições do estado se utilizam amplamente do termo, resolvi adotá-lo, sempre entre aspas.

O assim chamado Complexo² do Alemão é um conjunto de quinze favelas³ situadas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, e considerada, desde a década de 1980, uma das regiões mais perigosas e violentas da cidade⁴. O Complexo possui uma área de cerca de 1.770.631 m² e aproximadamente 60.583 moradores em 18.442 domicílios⁵. A mais conhecida da das favelas é o Morro do Alemão⁶,

²O termo “Complexo” passou a ser utilizado nos anos 1990 e tinha forte ligação com o fato de a facção de narcotráfico Comando Vermelho controlar toda esta área e, a partir do traficante Orlando Jogador, ter somente um comando. Moradores antigos contam que não havia esta ideia de unidade e que cada morro tinha sua própria vizinhança e eram considerados quase como diferentes bairros. Muitos resistem a usar o termo e continuam se referindo somente ao morro em que moram, por exemplo, “moro no cabritos”, “moro na Fazendinha” ou “moro no Alemão”. Cada um destes morros que passou a compor o Complexo do Alemão tem sua própria história de ocupação e suas peculiaridades. Quando decido adotar o termo “Complexo” faço uma escolha metodológica e justifico por duas razões. Primeiro, os agentes do estado tratam a região como um grande bairro subdividido em áreas e suas políticas são as mesmas. Segundo, a ideia do “Complexo” traz forte carga de significado e até de construção de identidade, especialmente dos moradores mais jovens, e isto não deve ser ignorado.

³Discute-se muito esta divisão em quinze favelas. Decidi adotar a divisão utilizada pela UPP Social em seu site: <http://uppsocial.org/>

⁴Sem desconsiderar o quanto a região é marcada pela violência, o que se faz notório na memória de seus moradores, não se pode perder de vista que parte desta violência é uma construção midiática que se intensificou consideravelmente após o assassinato do jornalista de Tim Lopes e parte um discurso de Estado para justificar as incursões da polícia e, por fim, da Força de Segurança Nacional.

⁵Dados do Censo 2010, intensamente questionados e disputados pelas organizações locais, que falam de números bem maiores, como 100 mil moradores.

⁶O nome se refere ao imigrante polonês Leonard Kaczmarkiewicz, que, na década de 1920, comprou estas terras que, antes, eram uma área rural da Zona da Leopoldina. A região se valoriza a partir da construção da Avenida Bra-

que se trata de um bairro oficial, erguido sobre a Serra da Misericórdia.

Alguns eventos ocorridos no local foram noticiados em todo o país e contribuíram para as representações sociais de violência do Complexo⁷. Em 1994, o assassinato de Orlando Jogador, um dos fundadores da facção criminosa Comando Vermelho⁸, pelo seu rival Uê, líder da facção Terceiro Comando, à época preso no Presídio de Bangu.

Em 2002, meses após ter recebido o prêmio Esso de jornalismo por uma reportagem que denunciava o tráfico de drogas a céu aberto na região, o jornalista Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, conhecido como Tim Lopes, foi pego na tentativa de realização de uma reportagem que denunciaria a venda de drogas e a exploração sexual de menores de idade em bailes funk da região, “julgado”, torturado e assassinado por ordem do traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, um dos líderes

do Comando Vermelho. A fim de ocultar o cadáver, foi usado aquilo que recebeu o apelido de “microondas”, quando o corpo é esquartejado e queimado. Seu corpo, entretanto, foi identificado por DNA e os supostos responsáveis foram presos após forte repercussão midiática e da opinião pública.

Em dezembro de 2008, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou a região, área de atuação do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, e lançou o projeto “Territórios de Paz”.

A região voltou a ser centro dos noticiários nacionais e internacionais em novembro de 2010, quando, no dia 25, o BOPE⁹, o CORE¹⁰ e o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, em verdadeira operação de guerra, com cerca de 500 homens, “retomou”¹¹ o controle da Vila Cruzeiro, então sob “controle” do Comando Vermelho. Os narcotraficantes fugiram¹², então, para

sil, na década de 1940, quando a área em torno da imensa avenida se transformou no principal polo industrial do então Distrito Federal. A ocupação, entretanto, começa mais fortemente na década de 1950, quando Leonard dividiu o terreno para vendê-lo em lotes.

⁷Conforme observou pesquisa patrocinada pela FAPERJ, com o apoio do ISER, em colaboração com o Departamento de Ciências Sociais da UERJ, no ano de 1992, as reações generalizadas na opinião pública à criminalidade violenta atuam como fator de agravamento da situação (SOARES org., 1996, 230). Os principais motivos são: a intensificação do medo em seu caráter simultaneamente objetivo e subjetivo; a prevenção através da agressão defensiva antecipada; e, por fim, disseminação da cultura do medo como uma manifestação da “degradação” ou da “decadência” do Rio de Janeiro.

⁸Sobre as origens desta organização criminosa, ver a obra de Carlos Amorim (AMORIM, 1993).

⁹Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

¹⁰Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

¹¹Termo usado em situações de conflito bélico e estratégias de guerra pelas Forças Armadas e largamente usado pelas autoridades à época do conflito. Por exemplo, palavras do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, em entrevista ao Jornal Nacional, que foi ao ar em 26 de Novembro de 2010: “Eu posso garantir à população que nós estamos atentos, que é um ato de desespero, de desarticulação desses criminosos que estão perdendo território e que estão vendo o enfraquecimento não só territorial, mas de seus negócios ilícitos. Nós vamos continuar com a mesma política de retomada de territórios.”

¹²Ficou marcada a impressionante cena, noticiada ao vivo pela Rede Globo de Televisão, de dezenas de traficantes fugindo pela mata.

o Complexo do Alemão, e pressionados à rendição e fuga por outra operação nesta localidade, a partir do dia 27 de Novembro. Desta vez, devido a maior dificuldade do terreno e tamanho da região, o BOPE teve auxílio de um maior número de instituições, que compunham a chamada Força de Segurança Nacional¹³, que em menos de duas horas ocupou o Complexo, prendendo cerca de trinta traficantes e apreendendo armas e drogas.

Após a grande operação de invasão/ocupação, o território foi ocupado militarmente pelo Exército Brasileiro, que batizou sua brigada de “Força de Pacificação”, cuja formação era composta por duas FT (forças-tarefa), uma para o Complexo do Alemão e outra para o Complexo da Penha. O acordo inicial de ocupação seria do início de dezembro de 2010 até o final de 2011, mas por pedido do governador Sérgio Cabral, acatado pelo governo federal, o exército permaneceu no território até o dia 30 de junho de 2012, quando a polícia assumiu suas funções através das seguintes Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): UPP Fazendinha, UPP Adeus/Baiana, UPP Alemão, UPP Nova Brasília, UPP Vila Cruzeiro e UPP Parque Proletário.

Após a saída do exército, que se deu oficialmente no dia 30 de junho de 2012, o território do Complexo do

Alemão¹⁴ passou a ser policiado por quatro Unidades de Polícia Pacificadora, respectivamente, UPP Alemão, UPP Fazendinha, UPP Adeus/Baiana e UPP Nova Brasília. As UPPs traziam em seu conceito¹⁵ a ideia de ocupação policial permanente associada a algumas práticas do policiamento comunitário. Seu objetivo principal seria o da retirada das armas no lugar da erradicação do tráfico de drogas.

Através de projeto¹⁶ que visou à construção de projeto pedagógico para o treinamento de policiais designados para trabalhar nas UPPs, pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião), onde atuo como pesquisador associado desde o início do ano de 2012, realizei trabalho de pesquisa nas UPPs da Nova Brasília e do Alemão¹⁷. Entre diversos aspectos que deveriam ser observados, interessei-me particularmente por alguns que trazem importantes contribuições na análise das formas de presença do estado no território, particularmente após

¹⁴ Não tratarei do Complexo da Penha neste artigo.

¹⁵ Segundo Decreto no. 42.787, parágrafo 2º. Do artigo 1º: “A. Consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; B. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que faranta o desenvolvimento tanto social como econômico”.

¹⁶ O projeto era financiado por parceiros do governo do estado, especialmente as empresas ligadas ao empresário Eike Batista. Após a crise financeira envolvendo seu conglomerado, o empresário anuncia o fim da parceria. Sem verbas, o projeto é suspenso.

¹⁷ Estive também nas UPPs da Vila Cruzeiro e do Parque Proletário, mas não as incluo neste artigo.

a grande operação militar de 2010 e a posterior ocupação militar do território pelo Exército Brasileiro, por cerca de um ano e meio. Não tenho por objetivo apresentar uma descrição densa sobre o funcionamento destas unidades e todas as suas práticas, mas faço um recorte que, penso, contribui para elucidar temas de interesse desta dissertação.

A pesquisa se deu no primeiro semestre de 2013 e durou dois meses e meio. Realizei em torno de vinte visitas ao campo, onde permaneci parte do dia e, às vezes, da noite. Quando cheguei ao campo, já tinha uma pesquisa bem desenvolvida na escuta de situações que se davam fora do âmbito institucional da polícia. Nessa etapa, pesquisei a polícia por dentro da polícia, o que não impediu minha circulação e observação da ação policial e a relação que estabeleciam com os moradores, por fora da polícia. Fiz questão de ter um dia de observação da favela antes de me apresentar ao comando da UPP. Na Nova Brasília, frequentei a Praça do Conhecimento para observar a sociabilidade local e o tipo de policiamento em locais de grande concentração de pessoas. Enquanto estive por dentro das unidades e acompanhando as ações policiais no território das favelas, procurei escutar não somente os discursos oficiais dos comandantes e oficiais, mas dei atenção especial aos soldados de cada setor. Valorizei os cafezinhos, a observação das conversas informais no hall de entrada

das unidades, os lanches e a sociabilidade entre os policiais. Ali encontrei o mais rico material para análise.

Investigo três situações que considero simbolicamente relevantes para o entendimento das tensões, aproximações e resistências do encontro das populações locais com certos agentes do estado, os policiais militares: a negociação para liberação de eventos culturais; as abordagens policiais àqueles que têm “atitudes suspeitas”; e as patrulhas realizadas pelos GTPPs (Grupos Táticos de Polícia de Proximidade) em busca de drogas e armas pelos becos e vielas do território.

Primeiro, analiso as formas de negociação dos policiais com produtores culturais locais para a “liberação” ou “recusa” de eventos culturais que envolvam bebida e música, especialmente o funk.

Quanto à segunda questão, procuro mostrar o quanto e quais tipos de representações feitas pelos policiais sobre a “atitude suspeita” movem as incontáveis abordagens a certos tipos de pessoas e sua “condução” à delegacia para “sarque”¹⁸. Nestas abordagens todo o drama do encontro do agente do estado com as populações das margens é exemplificado dramaticamente.

Terceiro, descrevo a experiência de ter acompanhado, como observador, diversas patrulhas realizadas pelos GTPPs em busca de drogas e armas

¹⁸ Procedimento de verificação se o indivíduo possui ficha criminal ou tem mandado de prisão em aberto.

pelos becos e vielas do território. Parto da hipótese de que a relação destes policiais operacionais/táticos com os pequenos traficantes (“esticas”) se assemelha a uma relação ritual de caça tipo gato e rato, onde se estabelece um “acordo de cavalheiros”. Conforme verifiquei nos TROs (Termos de Registro de Ocorrência), quase não há prisões. Raras vezes acontece o confronto. Ele parece ser evitado a todo custo.

DISPOSITIVOS, PERFORMANCE E AS MARGENS DO ESTADO

Três conceitos são fundamentais para esta análise e serão largamente utilizados durante o trabalho. Para tanto, faz-se necessária uma explicação da forma como são utilizados e em que contexto serão aplicados.

O primeiro deles é dispositivo. Afirmo que os agentes do estado se utilizam de dispositivos de controle que objetivam uma gestão moral da vida e do cotidiano dos moradores. Não há nenhuma grande novidade na questão, já que isto também ocorre fora da favela. O que destaque é que, no Complexo do Alemão e, guardadas as devidas especificidades, em outras favelas ocupadas pela polícia através das UPPs, há dispositivos muito particulares que produzem efeitos bastante específicos. A presença e a utilização destes dispositivos se tornam mais intensificados na vida da favela por motivos diversos, sendo o mais óbvio a forte presença armada da polícia.

A UPP Nova Brasília, inaugurada em 18 de abril de 2012, por exemplo, possui um efetivo de 339 policiais para um território de pouco mais de 550.000 m² e 28.661 habitantes¹⁹. Há um policial, naquela favela, para cada 84 moradores. A média do Estado do Rio de Janeiro é de 1 policial para cada 270 moradores²⁰, ou seja, mais que o triplo de moradores para cada agente. Este efetivo policial, na favela em questão, é responsável, ainda, por uma área significativamente menor em comparação às áreas de jurisdição dos batalhões tradicionais de polícia, o que nos autoriza a falar de policiamento ostensivo e concentrado. Numa interessante fala colhida no campo, um policial disse: “Policiamento de proximidade é porque a gente tá bem próximo deles, ali do lado, esbarrando neles o tempo todo”. Esta é uma forte razão pela qual estes dispositivos se sobressaem de forma tão evidente.

Agamben (2005) apontou que o termo técnico “dispositivo” é decisivo no pensamento e obra de Michel Foucault, ainda que este nunca o tenha definido formalmente. O mais próximo de uma definição teria sido dado numa entrevista do autor em 1977, na qual Agamben resume:

¹⁹ Segundo sítio eletrônico oficial do programa, consultado em 25 de novembro de 2013. <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/ficha-tecnica-upp-nova-brasilia/Nova%20Bras%C3%ADlia>

²⁰ <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj#> e <http://www.policiamilitar.rj.gov.br/> consultados em 25 de novembro de 2013.

“É um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve em uma relação de poder.” (Agamben, 2005, p. 10)

Assim, em Foucault, o termo se refere a práticas e mecanismos –jurídicos, técnicos e militares- cujo objetivo é produzir um determinado efeito. Uma máquina que produz subjetivações e, enquanto tal, uma máquina de governo dos homens. É “qualquer coisa que tenha a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas e os discursos dos seres vivos” (Agamben, 2005, p. 13).

Assim, posso afirmar que, no Complexo do Alemão, objetivando o controle das populações e a gestão do cotidiano e da sociabilidade dentro do território, a polícia: controla os eventos culturais, exigindo que se solicite através de um ofício, sempre recusado quando se trata de eventos com música funk, a liberação destes eventos; estabelece uma rotina diária de abordagens a pessoas que se encaixam em deter-

minado perfil e estas abordagens resumem dramaticamente a sociabilidade entre aqueles que ocupam o território como uma presença armada e uma parte daquela população que reside e/ou circula pelo local; orienta suas atividades de policiamento em determinadas áreas de forma a produzir determinado efeito sobre traficantes que comercializam pequenas quantidades de drogas a varejo; produz mecanismos de controle sobre mototaxistas, tais como cadastro e apresentação de documentos, para permissão de circulação; constrói certa representação de uma “atitude suspeita”, que inclui especialmente homens pardos/negros de uma determinada faixa etária, e que circulam pelo território, com especial desconfiança por certo tipo de sociabilidade masculina que ocorra em esquinas, ruas ou bares, locais identificados como antros de “vagabundagem” e “sacanagem”. Todos estes exemplos podem ser enquadrados na categoria de “dispositivos” acionados pela polícia para justificar ações de repressão, controle e, algumas vezes, violência contra estas populações.

O segundo conceito que utilizo na análise é o de “performance”.

Para Turner (1987), a performance cultural não é meramente um reflexo ou uma expressão do sistema cultural, mas é recíproca e reflexiva, sendo frequentemente uma crítica, direta ou velada, da vida social, assim como uma avaliação da forma como a sociedade manipula

a história, inclusive como uma agência ativa de mudança, representando a forma como a cultura enxerga a si mesma e a “prancheta na qual atores criativos esboçam aquilo que acreditam ser os mais aptos ou interessantes projetos de vida” (1987, p. 24). Os gêneros dominantes de performance, segundo ele, tendem a ser fenômenos liminares. Acontecem em tempos e locais privilegiados a partir de períodos e áreas reservados para o trabalho, as refeições e o sono. Podem, inclusive, ser chamados de “sagrados”, desde que se reconheça que são cenas de jogo e experimentação, assim como de regras e solenidades. Um drama, por sua vez, visto a partir do conceito de performance, é uma performance social que envolve muitos e só é completo quando acontece em algum tipo de palco diante de uma plateia. O que esta plateia vê não é uma simples reprodução da realidade, mas uma espécie de espelho mágico da realidade social, que exagera, inverte, reforma, magnifica, minimiza, descolore, recolore, e até mesmo falsifica eventos narrados (1987, p.42). Nestes dramas sociais, ocorrem processos de definição e redefinição de crenças e relações sociais. Estes processos de ajustamento situacional são marcados pelo elemento da indeterminação e pela produção destas indeterminações. Propõe, desta forma, um modelo de sociedade e da realidade social como perpassados por um entrecruzamento sem fim de processos de vários tipos e intensidades.

O tempo passa a ser visto como uma dimensão essencial do ser assim como de uma forma multiperspectivada, não mais como um contínuo linear concebido em termos espaciais (1987, p. 80).

Este deslocamento pós-moderno da preeminência exegética do pensamento espacializado e de modelos ideais de estruturas sociais e cognitivas ocasionou um grande movimento em direção ao estudo dos processos como performances. Para ele, performances têm uma estrutura diacrônica, um início, uma sequência de fases sobrepostas mas isoláveis, e um fim (1987, p. 80).

O homem, para Turner, é um animal self-performing- suas performances são reflexivas, ou seja, na realização da performance ele se revela a si mesmo de duas formas. Primeiro, o ator pode conhecer melhor a si próprio através do desempenho do seu papel. Segundo, um grupo de seres humanos pode vir a se conhecer melhor pela observação ou participação em performances geradas ou apresentadas por outros grupos de seres humanos. Assim, a questão central da vida social é a performance, quando o “eu” (self) é apresentado através do desempenho de papéis, por meio de performances que quebram papéis, e através da pública declaração de que alguém passou por uma transformação de estado ou status, foi salvo ou condenado, elevado ou liberado (1987, p. 81).

O terceiro conceito é o de margens do estado. Como indicaram Das e Poole

(2004), pensar as margens do estado requer repensar radicalmente a ideia de estado, afastando-se da imagem entranhada do estado como uma forma administrativa racionalizada de organização política que se torna mais fraca ou menos totalmente articulada ao longo de suas margens territoriais ou sociais. Assim, quando penso UPP, a entendo como uma super articulação do estado que objetiva uma presença qualitativa e quantitativa diferenciada de controle e ação em um determinado território e sobre determinadas pessoas, os “favelados”. Pensar nesta super presença não significa dizer que antes da ocupação militar havia uma presença fraca ou uma ausência do estado naquela localidade. Não penso o Complexo do Alemão como “território perdido” onde o estado não entrava, mas como uma região onde o estado sempre esteve presente, porém de formas muito particulares. A baixa eficiência das políticas sociais e as representações da mídia e dos agentes do estado promoveram uma imagem equivocada de ausência e território perdido dominado por um poder paralelo. Alguns elementos apontam para as formas como o estado e seus agentes atuavam no local: a forte presença das ONGs e seus projetos sociais financiadas, em grande parte, com financiamentos do estado; as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, que se iniciaram antes da ocupação militar; o fornecimento, mesmo que ineficiente, de água e luz; a ação da polícia, seja em violentas incursões ou em sorradeiras entradas em busca de propinas; a enorme circulação

de pessoas; o forte comércio varejista e “legalizado” de algumas áreas, como o entorno da Praça do Conhecimento.

A circulação ampla daquilo que Misse (2007) chamou de mercadorias políticas²¹ aponta para o Complexo do Alemão como região onde se encontravam financiamentos de ampla rede de corrupção e ilegalidades protagonizadas por agentes do estado, além de curral político de dura negociação. Só poderiam fazer campanha política aqueles candidatos autorizados e que teriam condições de arcar com as despesas para “entrar” nesta tão disputada mina de votos.

O Complexo do Alemão visto como margem do estado não aponta para o fato de ser um apêndice ou um membro estranho de um estado fraco, mas propõe olhar-lo como necessariamente vinculado ao estado, de modo que analisar a ação dos agentes do estado no local, mesmo que em estado de exceção, aprofunda a compreensão que temos do estado e das formas como o estado desempenha seus papéis num determinado momento histórico da sociedade carioca.

Das e Poole (2004) apontam para três questões necessárias para se tratar de margens.

Primeiro, a primazia da ideia de margens como periferias que formam contai-

²¹O autor desenvolve o conceito de mercados informais onde trocas combinam dimensões políticas e econômicas. Nestes mercados, custos políticos são transformados em valores monetários de forma que o preço dos bens e serviços é medido através de negociações políticas, com avaliações estratégicas de poder, uso potencial da violência e de equilíbrio de forças (2007).

neres naturais de pessoas insuficientemente socializadas na lei. Esta questão aponta para as tecnologias de poder, os dispositivos, do estado para conduzir esta “transformação de status” que tem o objetivo de “levar a ordem”, “socializar”, “integrar ao estado” e “pacificar” estas populações representadas como vivendo em desordem, não integradas à nação²², pouco ou nada civilizadas. A pedagogia da conversão se alia a pedagogia da libertação quando se constrói também a imagem de uma população oprimida e escravizada por narcotraficantes.

Segundo, a legibilidade e a ilegitimidade²³ apontam para a produção de papéis e documentos pelo estado a fim de “promover a existência” e “permitir” ou “autorizar” o funcionamento das sociabilidades, das trocas, da circulação e do comércio. Se a ocupação militar do Exército Brasileiro e a ocupação policial das UPPs é qualitativa e quantitativamente diferente das incursões policiais de outrora não surpreende que surja a necessidade da produção de muitos papéis. Uma das principais marcas desta presença qualitativamente diferenciada é a intensificada exigência da apresentação e produção destes documentos. O Exército investiu e apoiou as entidades de “legalização” de comércios e pessoas. Ações para re-

tiradas de documentos como identidade, CPF, certidão de casamento, alvarás de funcionamento para comércios e até casamentos coletivos foram promovidas e continuadas pela polícia. Para que se possa circular por determinadas áreas é exigido, agora, o documento de identificação. Os eventos culturais devem ser solicitados por ofício. Os comércios devem ter alvará de funcionamento. Os mototaxistas devem ser identificados e autorizados pela UPP, devendo assim apresentar os documentos de habilitação.

Terceiro, as margens entendidas como um espaço entre os corpos, a lei e a disciplina mostram o estado e seus agentes operando não somente sobre determinado território, mas sobre os corpos das pessoas. Estes corpos precisam ser “pacificados” e aprender a falar, a andar e a trabalhar. Não podem ser “vagabundos” e ficar de conversa pelas esquinas e becos, mas devem trabalhar duro para conseguir seu sustento. Não devem circular de madrugada. Precisam melhorar seu gosto musical e evitar escutar o “incivilizado” funk com “apologia ao sexo, drogas e ao tráfico”. Devem se vestir como trabalhadores, com sobriedade²⁴ e, principalmente, devem ser dóceis quando abordados.

²²Um dos primeiros atos simbólicos após a ocupação militar de 2010 foi fincar a bandeira do Brasil e a bandeira do estado do Rio de Janeiro.

²³Nota-se que “legibilidade” e “ilegitimidade” são conceitos mais específicos que os de legalidade ou ilegalidades por apontarem para o estado moderno construído através de suas práticas de escrita.

²⁴Por diversas vezes escutei policiais falando sobre a forma como as pessoas se vestem. As roupas curtas das mulheres é construída, por estes policiais, como uma falta moral e o uso do boné e da bermuda, pelos rapazes, como potencial de suspeição por ligação ao tráfico de drogas. A revista ao boné, que é retirado da cabeça daquele que é abordado, é elemento marcante nas abordagens. “Eles guardam bagulho no boné”, disse um policial durante uma destas abordagens.

AS NEGOCIAÇÕES PARA LIBERAÇÃO DE EVENTOS NA FAVELA

O Comandante da UPP Nova Brasília, em nossas conversas, se mostrou simpático aos eventos locais, especialmente os esportivos. Afirmou ter tentado implantar mais projetos esportivos, mas esbarrou na burocracia de projetos já existentes e que não eram bem desenvolvidos, que “existem só no papel”. Permitiu a realização de um baile funk no território da unidade, desde que não houvesse “apologia ao crime”, “apologia ao sexo” ou falta de respeito com os policiais que porventura lá estivessem. Conta que esteve presente pessoalmente, à paisana, ao baile e que tudo transcorreu exemplarmente. Inclusive, permitiu que o horário do mesmo se estendesse. A segurança do evento foi feita por moradores com coletes de identificação e, segundo ele, não houve problemas. O Major esteve, também, diretamente envolvido na organização de um baile funk promovido pela polícia, chamado “baile da proximidade”, realizado na Praça do Conhecimento. Teria sido um “sucesso”, com ampla presença de policiais e moradores. Havia 5 mil presentes, segundo ele²⁵.

Em outra conversa, afirmou usar a questão dos eventos como moeda de

troca. “Caso se comportem e sigam as regras, permito; se não proíbo tudo”. Neste ponto, evidencia-se que o comando da UPP se apresenta como um regulador de questões que vão muito além do policiamento. Em sua fala e na pesquisa documental, percebi que não há, nos regulamentos internos que regulam a ação policial uma normatização que vise a uniformidade de procedimentos. Desta forma, cabe ao comandante, que a esta altura, é um gestor da favela, decidir aquilo que é permitido ou não. Em última estância, trata-se de seu gosto pessoal por determinado tipo de evento. O baile funk, na Nova Brasília, precisou ser “domesticado” para que fosse permitido. Nas outras UPPs do Complexo do Alemão, permaneceu terminantemente proibido. Na fala dos comandantes e policiais, o baile é visto como local da desordem, da prostituição e das drogas – um local onde o tráfico ainda detém consagrado seu domínio. Nessa gestão da sociabilidade e dos eventos culturais, a polícia, de uma forma foucaultiana, negocia politicamente para permitir ou proibir, ou seja, para controlar e vigiar o tipo de sociabilidade local.

Estive presente numa reunião com o presidente de uma das quatro associações de moradores da Nova Brasília, que também seria, conforme me foi apresentado, “o maior produtor cultural do Complexo”. Sua finalidade era pleitear a liberação de um “pagofunk”. A relação com o Major parecia bastante cordial,

²⁵ Destaco as seguintes reportagens:

<http://extra.globo.com/noticias/rio/nova-brasilia-tem-primeiro-baile-funk-apos-pacificacao-7663914.html>

<http://odia.ig.com.br/porta1/rio/alem%C3%A3o-ganha-seu-primeiro-baile-funk-ap%C3%B3s-pacificacao%C3%A7%C3%A3o-1.552642>

contudo, ao falar sobre o Comandante da UPP Fazendinha, fez duras críticas, chamando-o de “ditador” por não permitir a realização de nenhum tipo de evento – nem “aniversário dentro de casa”. Na UPP Alemão, por sua vez, o baile funk é terminantemente proibido, mas outros eventos como pagodes, festa do dia das mães e festas juninas são permitidas.

Percebe-se assim que a polícia se utiliza deste dispositivo de controle dos eventos tanto para controlar a sociabilidade local quanto para construir uma moeda de troca que permita negociações de espaços, comportamentos e tipos de sociabilidade. Ao atribuir qualidades morais a eventos, comportamentos e tipos de festa ou música a polícia torna-se gestora moral da vida social da favela. Quando esta situação é questionada, surge o argumento de que há situações que podem ser permitidas em outros lugares, mas que lá não podem, o que caracteriza uma aplicação própria da lei em estados de emergência ou exceção, conforma apontou Agamben (2004).

No Complexo do Alemão, a polícia exerce uma nova ordem jurídica, onde certos indivíduos são submetidos a leis próprias àquele território e uma forma particular de regulação do cotidiano é exercida através do comando da Unidade de Polícia. Assim, o Comandante da UPP se torna o soberano que é a incorporação da própria lei. As abordagens policiais nos becos e vielas do território demonstram esta hipótese de forma ainda mais contundente.

AS ABORDAGENS POLICIAIS

Dentro da estrutura operacional das UPPs e ligados ao subcomando operacional estão os “GTPPs”, que significam Guarnições/Grupamento Tático de Polícia de Proximidade e os “GPPs”, que significam Guarnições/Grupamento de Polícia de Proximidade. O primeiro realiza patrulhas móveis e faz o “policciamento repressivo”, com armamento mais pesado, como fuzil. Os segundos são fixos e tem como principal função aproximar-se e estabelecer relações mais próximas com os moradores, e não costumam usar fuzis. Na prática, a principal diferença entre eles, além do armamento, é que um é móvel e o outro é fixo, somente. Os GPPs, mesmo em pontos fixos, não parecem ter sucesso na construção de vínculos com os moradores, exceto com algumas crianças.

Observei uma patrulha de guarnição tática (GTPP), acompanhado, além dos policiais do Grupamento, do Comandante da UPP Nova Brasília. Ele estaria, segundo me informou, acompanhando uma patrulha por dia em toda aquela semana a fim de supervisionar e verificar se seus soldados conheciam o território. A primeira parada foi no mesmo bar onde há dois dias outra patrulha, a qual também acompanhei, revistou os frequentadores. Reconheci que alguns que ali estavam eram os mesmos de antes. Desta vez, as abordagens foram feitas sem reclamações.

A abordagem é feita de forma rápida, seca e objetiva. Poucas vezes acom-

panhada de qualquer saudação ou um “obrigado” após o procedimento. Todas as foram feitas a homens, a maioria entre 15 e 35 anos, de pele parda ou negra²⁶. Boné e mochila são um bom motivo para revista. Os “suspeitos” são colocados contra a parede, revistados, tiram seus bonés, abrem suas mochilas.

Na conversa, fiz uma pequena provocação com o major: “Major, eu sou um jovem, negro, de 25 anos, uso boné, mochila e tenho uma moto, e sou morador da Nova Brasília. Sou trabalhador, estudante, nunca me envolvi com o tráfico. Todas as vezes em que cruzo com policiais sou abordado e tratado como potencial suspeito. Posso ser abordado inúmeras vezes no mesmo dia. Posso estar atrasado, irritado... alguma hora vou me irritar com a abordagem e serei levado por desacato”.

O Major respondeu: “Não tem como não ficar puto...verdade”.

Para o Comandante da UPP Nova Brasília a principal virtude do policial de UPP é a paciência. Virtude que diz exercer todos os dias para entender que seu papel ali não é o combate ao tráfico. Vindo de uma cultura de combate ao tráfico em todos os outros lugares em que comandou, agora precisa tolerá-lo. Afirma que o tráfico nunca vai acabar. Ele gosta quando falo do jogo de “gato e rato” dos soldados com os “esticas” e disse que essa imagem também é frequentemente usada por ele. Neste jogo, o BOPE é usado como ameaça caso o rato transgrida as

²⁶Ver Ramos e Musumeci (2005).

normas do “acordo de paz”. “Se atirar na gente, eu chamo o BOPE. Eles sabem disso... têm pavor do BOPE”.

Um importante ponto abordado em nossa conversa, durante a patrulha, foi sobre os limites da ação policial. Segundo o Major, a “comunidade” e os próprios traficantes não reclamam da ação policial considerada por eles como legítima, o que inclui a revista, a prisão e a repressão a armas e drogas, mas não admitem o excesso policial, como a agressão física ou verbal, ou o constrangimento e o “esculacho”. Quando isto acontece, a reação é imediata. Cita, como exemplo, as pichações que ameaçam nominalmente alguns policiais. Eles seriam truculentos demais, segundo o Major. Para alguns soldados com quem conversei, entretanto, os policiais ameaçados seriam bons e causariam prejuízo ao “movimento”.

“BRINCANDO DE GATO E RATO”: o policiamento de “pouca” proximidade pelos becose vielas da Nova Brasília

Ainda na Nova Brasília acompanhei outras operações. Destaco uma incursão com grupamento composto por três soldados, a primeira que observei na favela. Um dos policiais portava fuzil, e outros dois, pistolas. Os três, além de uniformizados, usavam coletes à prova de balas. Eu trajava camisa polo preta, calças jeans, tênis tipo sapato e um chapéu Panamá, sem coletes. Percorremos a pé grande parte da área dos Morro dos

Coqueiros, Nova Brasília e Alvorada. Os caminhos escolhidos foram as vielas e becos que, segundo eles, seriam mais “problemáticos”. A operação durou cerca de três horas e terminou com um animado lanche num ponto de encontro na descida/subida da Rua Nova, num corredor de lojas, o “shoppingzinho”, onde uns dez policiais se encontraram e consumiram os salgados não vendidos das lanchonetes em fim de expediente.

Minha presença foi determinante para a forma como estes agentes se portaram e se relacionaram com os moradores. Segundo eles, entretanto, e conforme combinado em conversa prévia, o trajeto e as abordagens foram rotineiras. Um dos policiais confessou, depois que perguntei, estar um tanto preocupado com minha presença, por se sentir responsável caso algo me ocorresse.

O afastamento inicial não durou muito. Logo, os policiais se sentiram mais à vontade e conversaram sobre diversos temas, algumas vezes propostos por eles mesmos. Sempre que cruzávamos com outros grupamentos era entusiasticamente apresentado como “alguém que pesquisava e iria produzir um treinamento novo para os policiais da UPP”. De alguma forma, pareciam me ver como alguém que estava ali para ajudá-los.

Como não entendia nada da operacionalidade deste tipo de ação militar, percebi que a maior parte do percurso foi feita como se a qualquer momento pudessemos nos tornar alvo de embos-

çadas. Nas vielas, constantemente a atenção era voltada para os telhados e lajes, os corredores aparentemente calmos e as costas da guarnição. Quase sempre, em fila indiana, eu era o terceiro homem. O último da fila era o homem do fuzil. O primeiro, andando de joelhos levemente dobrados e arma em punho, apontando rapidamente para cada curva, barulho ou nova rua que se apresentava no trajeto.

As únicas instruções que tive foram: “cuidado com as costas” e “fica de olho nas lajes, que eles atiram de lá...a gente só escuta o barulho e nem vê”. Por três vezes durante o longo trajeto, o homem da dianteira partiu em corrida atrás de algum “estica” ou alguém suspeito que, rapidamente desaparecia. “Esticas”, segundo eles, são aqueles que carregam pequenas quantidades de drogas, suficiente para não serem enquadrados como traficantes, mas como usuários e que, “correm que nem rato” quando abordados. Por pelo menos duas vezes, o homem da retaguarda deu sinal para pararmos porque percebeu movimentação suspeita se formando depois que passávamos.

Algumas ações merecem ser destacadas e descritas.

Cinco pessoas foram abordadas no caminho. Todas eram homens, entre 15 e 30 anos, de pele parda ou negra e usavam mochilas. Dois deles eram adolescentes uniformizados de escolas da rede pública. Sem grandes cumprimentos ou considerações foram instados a abrirem suas mochilas. A ordem foi imediatamente

acatada, e os “suspeitos” liberados. A última abordagem foi a um jovem sentado numa viela da favela da Alvorada. À sua frente havia uma motocicleta sem placa. Ele foi revistado, informou não ter carteira de habilitação, mas possuía o documento da moto, que estava no nome de uma mulher. Um dos policiais o repreendeu pela ausência da placa e da carteira de habilitação. Ao ligar para a Central e obter a informação de que nada constava contra aquela placa, liberou o rapaz.

No caminho pelas ruas estreitas, as armas em punho eram a todo o tempo apontadas para uma possível ameaça ou ataque. Na maior parte do trajeto, os olhares lançados aos policiais eram ou de hostilidade ou de respeitosa indiferença. Pouquíssimas vezes houve troca de cumprimentos entre moradores e policiais. Quando ocorriam, vinham das crianças.

Uma das áreas que percorremos, próxima a Praça do Conhecimento²⁷, era vista com mais simpatia pelos policiais. Segundo eles, lá as pessoas queriam a UPP e eram mais educadas, corteses e com maior poder aquisitivo. Quando lá chegamos, um deles pôs-se a sorrir quando cumprimentado por um grupo de três crianças e disse: “que diferença!”.

Enquanto circulávamos pela Alvorada, sentimos forte cheiro de maconha e, um “silêncio preocupante”. Eles mostraram-se bastante tensos, como se esperassem alguma situação de confronto próxi-

ma a acontecer. Um deles chegou a abrir a empurrar a porta de um barraco, que estava destrancada, para ver se o cheiro vinha de lá. Não houve ataques. Felizmente.

Ao longo do percurso conversamos sobre diversos assuntos. Quando perguntei sobre o “desacato” e quais eram os limites que davam à questão, um deles recorreu ao argumento da obediência. “Se eu peço ao morador pra levantar e ir pra parede e ele não vai, isso é desobediência de uma ordem legal...preciso dar exemplo para os outros que estão vendo. Aqui é muito isso do exemplo”. Daí fez um movimento indicando que forçaria a pessoa a fazer o que ele solicitava.

Uma TRO pode servir de exemplo para elucidar a questão:

“Ao abordar o “A” por fundada suspeita, o mesmo não obedeceu e desacatou o policial Sd. ..., com isso foi conduzido para 22ª. (...)” (Julho de 2012)

Quanto a tão utilizada expressão “atitude suspeita”, parece haver um padrão que se repetiu nas falas: pessoas/homens em grupo em bares ou esquinas estão em atitude suspeita (“de vagabundagem”, segundo um Soldado); pessoas/homens que se assustam ou baixam o olhar quando veem a aproximação de um grupo de policiais. Conforme destacou Asad (2004, p. 285), a suspeita ocupa o espaço entre a lei e sua aplicação de forma que todo aparato judicial e sistema político

²⁷Local de intensa sociabilidade, com muitos bares e pequenos restaurantes.

do estado moderno é construído pressupondo suspeita organizada.

Exemplos extraídos de TRO's registrada no mês de janeiro de 2013:

*“Guarnição estava em patrulhamento quando se depa-
rou com “A”, que ao avistar a
guarnição ficou nervoso”*

*“Foram encontrados na co-
munidade em área não povu-
losa, num beco, sem saída. Daí
foram encaminhados à 22ª. DP
para sarque e liberados”*

Em outra incursão, numa tarde de domingo, Acompanhei duas GTPPs que saíram juntas e fiz um percurso que ainda não conhecia, passando pelo “campo do Seu Zé” e o “inferno verde”, duas das áreas consideradas de maior periculosidade na região. Eram nove soldados, além de mim.

A patrulha não se diferenciou significativamente da primeira, mas pareceu menos ameaçadora por ter sido feito durante o dia e com um efetivo maior de policiais. O dia chuvoso e as vielas enlameadas prejudicaram o acesso.

Foram feitas abordagens a homens, especialmente quando em grupo. Duas abordagens foram feitas em bares onde, segundo um dos policiais, “rola uma sacanagem”, termo usado para venda de entorpecentes, mas que também vi sendo utilizado para o consumo de bebidas alcoólicas, “ociosidade” e prostituição. No

primeiro, foram revistados cinco homens. No segundo, sete. Um deles, aparentemente embriagado, começou a se exaltar, mas foi contido por um grito ameaçador do policial que portava o fuzil e permanecia próximo acompanhando a revista.

Quando chegamos ao “inferno verde”, onde havia um animado futebol em campo totalmente enlameado, um grupo de jovens partiu em disparada para dentro das vielas na direção oposta ao grupo armado de policiais que se aproximava. Ali, também “rola uma sacanagem”.

A relação destes policiais operacionais/táticos com os traficantes se assemelha a uma relação de caça tipo gato e rato. Uma relação ritual que se desenrola como um completo drama social. Conforme verifiquei nos TROs quase não há prisões. Raras vezes acontece o confronto. Ele parece ser evitado a todo custo. Estas situações apresentam-se como inerentemente dramáticas porque seus participantes não apenas fazem algo, mas tentam mostrar aos outros aquilo que estão fazendo e qual a atitude esperada por parte deles (Turner, 1987). Quando partem em disparada em busca dos “esticas” mostram aos que os veem o que é ser policial, assim como vão aos poucos construindo sua identidade reflexiva parcamente trabalhada após sair de um curto período de treinamento e receber um fuzil para portar. O objetivo é que a situação não saia do controle e se “possa voltar para casa em segurança”. Claro que nem sempre o ritual sai

conforme esperado. Às vezes, emboscadas surgem; tiros são mais certos do que deveriam; imprevistos rompem a “normalidade” do ritual da correria e da busca dramática pelo inimigo²⁸. Espera-se, todavia, que a normalidade não seja irrompida por estes excessos.

Em texto sobre o drama social na Umbanda brasileira, Turner (1987) destaca que este é estruturado como um processo, ou seja, segue o curso de eventos regulares que podem ser agrupados em sucessivas fases de ação pública. (1) A violação de uma norma que regula certas relações sociais é tornada pública através da infração de uma regra que é símbolo da manutenção de algumas importantes relações sociais entre grupos, pessoas, status e subgrupos; (2) a segunda fase é a crise. As pessoas são coagidas a escolherem lados e antagonismos são criados. A crise é contagiosa. Considerações não racionais prevalecem, assim como rancores, rivalidades, disputas, vinganças não resolvidas, ressentimentos, que produzem se não a violência física, a ameaça desta violência. (3) a terceira fase envolve os procedimentos de compensação ou reparação. Estes

²⁸ Após o término desta fase do trabalho de campo e, especialmente, a partir do início do ano de 2014, as tensões explodiram com mais frequência. Até março de 2014, pelo menos três policiais da UPP Nova Brasília foram mortos em serviço na favela. Dois somente no início do ano. Acredito que, após estas mortes, que levaram ao anúncio, feito pelo governo do estado, da possível intervenção militar na região, novas categorias devem ser aplicadas ao campo, o que abre novas possibilidades de pesquisa. Contudo, a análise que faço, neste capítulo, se deve a trabalho de campo feito até o ano de 2013, ou seja, antes destas exposições de confrontos registradas no ano seguinte.

variam de aconselhamento pessoal ou mediação até juramentos formais e uso de aparatos legais para solução da crise ou legitimar outros modelos de resolução de conflitos, como o desempenho de um ritual público. Esta é, possivelmente, a fase mais reflexiva do drama social. A comunidade, através de seus representantes, volta-se para si própria a fim de avaliar aquilo que alguns de seus membros fizeram e como eles se comportaram com referência aos seus próprios padrões. Isto pode ocorrer, inicialmente, de forma violenta. A quarta fase (4) do drama social consiste ou na reintegração do grupo social perturbado ou no reconhecimento e legitimação do cisma irreparável entre as partes em conflito. Se o drama social for “saciado”, a fase final consiste em ações “pacificadoras”. Para o autor, a descoberta destas etapas é “a virada pós-moderna” na antropologia, já anunciada na modernidade antropológica, mas nunca em suas questões centrais. Esta virada envolve a processualização do espaço, sua temporalização, que vai além da espacialização do processo ou do tempo, feitos pela modernidade.

Estes padrões podem ser confirmados em toda ação ritual do encontro destes policiais com os traficantes. A convivência dos policiais com os traficantes parece seguir determinadas regras de sociabilidade e boa vizinhança. Há um “acordo de cavalheiros” onde cada um deve cumprir sua parte. Aos traficantes cabe a discrição e não circular com ar-

mas. Aos policiais cabe não “esculachar” e o desempenho de seu papel público de repressão à criminalidade. A violação de uma destas regras, especialmente a da discricção, produz a necessidade de uma reação pública. Espera-se que o policial siga o procedimento da abordagem e o traficante o da fuga. Inicia-se, então, o ritual da perseguição.

“Isso acontece todo dia”, conta um policial da Nova Brasília.

A perseguição é a crise estabelecida na relação entre estes atores. Os ânimos se exaltam, tiros são disparados – mesmo que para o alto-, encontrões, brigas. É comum que haja resistência do perseguido, mas sem grandes pretensões de destruir aquele que o persegue. A rapidez e a agilidade dos que fogem, aliada ao maior conhecimento do terreno, na maioria das vezes, prevalece sobre o agente do estado uniformizado, portando armas pesadas e com uma estrutura física maior e mais pesada. É a perseguição do mais forte sobre o mais rápido. Quando o mais forte prevalece, espera-se que não haja “esculacho”, ou seja, que não haja agressões físicas e morais ou quaisquer tipos de humilhações. Levar preso não é “esculacho”, bater e humilhar, sim.

Estas regras nem sempre são seguidas. Inscrições nos muros próximos a UPP ameaçando os policiais que “esculacham” e até mesmo represálias são uma resposta à quebra deste acordo. O ataque à base da UPP Nova Brasília, registrada

nos primeiros meses de funcionamento da unidade, que ocasionou a morte da Soldado Fabiana foi, possivelmente, uma resposta a excessos policiais.

Os procedimentos de compensação ou reparação acontecem na hora da abordagem e possível prisão. A abordagem pode variar de uma simples admoestação até a tumultos envolvendo parentes ou vizinhos dos abordados. O tumulto se transforma numa forma de publicizar o evento. Para os policiais, os tumultos são criados para que os traficantes sejam protegidos. Para alguns moradores, são uma forma de impedir abusos, uma forma de resistência local a um sem número histórico de abusos de poder e violências por parte dos agentes policiais. No tumulto, ressalta-se o caráter inocente do suspeito e que ele é trabalhador. Quase sempre se evoca o parentesco. O rapaz é “filho de fulano” ou “sobrinho de seu cicrano”. Os agentes insistem em confirmar a ligação do suspeito com o tráfico. Quando há evidência, leva-se o suspeito, mesmo de baixo de protestos. Quando não há, a situação cresce em tensão. Tiros para o alto, pancadas e bombas de gás²⁹ são formas que a polícia se utiliza quando as coisas parecem sair do controle. Paus, pedras e garrafas são utilizadas pelas pessoas envolvidas no tumulto contra os agentes policiais. Não encontrei nenhum registro oficial ou não

²⁹ A leitura das TROs aponta como este recurso é largamente utilizado em caso de tumultos.

oficial, nas favelas onde pesquisei, deste tipo de evento, onde armas de fogo tenham sido usadas contra os policiais.

Mas os tumultos não acontecem sempre. É muito mais frequente que a correria em busca dos “esticas” acabe sem tiros ou presos. Depois que “tudo volta ao normal”, os policiais procuram outras guarnições móveis ou fixas para narrar heroicamente a perseguição. Bebendo refrigerante e comendo coxinhas e joelhos, no fim da tarde, depois que tudo está “pacificado”, eles se reúnem nos mesmos locais de sempre para descreverem seu feitos e rirem uns dos outros.

Algumas vezes, entretanto, o ritual cotidiano sofre irrupções de violência. Não acredito que sejam esperadas. A tensão e o medo nas expressões dos envolvidos me impedem de interpretá-las como elementos normais da rotina policial. A maior parte dos policiais que conheci durante a pesquisa nunca se envolveu sequer numa troca de tiros, mas estas acontecem. No discurso, reconhecem que “faz parte do jogo”, um jogo difícil de ser jogado. Esta tensa relação entre estâncias de poder armado, legais e ilegais, se dá através de uma tênue linha de sociabilidade. Quando esta é rompida, o jogo endurece. No morro do Alemão, durante a pesquisa, o “acordo de cavalheiros” não vigorava como antes. O comércio estava proibido de vender para policiais. Durante uma “corrida pela paz”, no ano de 2013, com a presença do Secretário de Segurança Pública, tiros foram disparados e o policiamento foi reforçado, ainda mais.

OS TROS NA NOVA BRASÍLIA

Os termos de registro de ocorrência (TRO) são o registro que deve ser feito, de forma escrita, das ocorrências policiais ocorridas durante as patrulhas ou chamadas. Qualquer evento ou atendimento policial deve ser registrado e assinado pelos policiais envolvidos. Estes não são abertos ao público e são arquivados em cada unidade. Devo o acesso a este material ao projeto em que atuava. Li todas as TROs arquivadas desde o início do funcionamento da unidade, até o mês de abril de 2013. Curiosamente, a primeira que veio em mãos contava o triste episódio da morte da soldado Fabiana, morta no ataque à sede da unidade. A soldado foi a primeira policial de UPPs morta em serviço.

“Por volta das 21:00 do dia 23/07/2012 estava com as testemunhas acima quando ouvi um disparo de arma de fogo, nos abrigamos primeiramente no beco a esquerda do container na tentativa de alcançar a base que também estava sendo atacada fomos obrigados a se (muda a página ocorre um sugestivo lapso na escrita)³⁰ em um bar que estava aberto, onde ficamos ate cessar os disparos, a vitima que nos disse que iria comer³¹ numa lanchonete locali-

³⁰Comentário meu.

³¹Estava escrito “lanchar”, mas foi rasurado e escrito “comer” por cima.

zada a 10 metros da base, fiquei sabendo que a mesma tinha sido alvejada pelo rádio da corporação e que já se encontrava na UPA do Complexo do Alemão, a mesma pela descrição dos soldados da RP1 da UPP da Fazendinha que a socorreram estava no lado oposto do container do local onde estávamos antes dos disparos”

A leitura dos TROs aponta para algumas questões:

Primeiro, a relativamente pequena quantidade de confrontos registrados entre policiais e traficantes da região, ao contrário da terrível fama que a UPP Nova Brasília trazia, inclusive entre os policiais que não pertenciam a ela, de ser a pior das UPPs. Alguns confrontos ocorreram no início das operações no local e foram diminuindo significativamente³². Segundo alguns policiais, os traficantes evitariam o confronto porque seria prejuízo para os negócios. Assim, parece haver um confesso “acordo de cavalheiros” onde cada um pode cumprir seu papel respeitando os limites acordados. À polícia cabe o papel de repressão aos “esticas” e a ritual perseguição que os GTPPs empreendem pelos becos e vielas da favela, mas sem “esculacho” e “sem levar dinheiro”. Aos traficantes cabe fugir do confronto e, caso estejam portando armas, evitar serem pegos. Está vetado o

³²Estes aumentaram consideravelmente em 2014. Esta observação só vale, portanto, para o período da pesquisa.

uso de armas de grosso calibre e andar com grandes quantidades de drogas.

Parte dos tiros disparados pelo tráfico, o que ocorre com alguma frequência, visam, geralmente, confundir ou despistar os policiais para que eles diminuam o foco de atenção para determinadas áreas. Assim, drogas e armas podem entrar e sair com maior facilidade.

Segundo, as ocorrências de menor risco ocupam o maior tempo e esforço dos policiais chamados “operacionais”. Brigas domésticas, perturbação da ordem, desacordos comerciais que viram agressões, reclamações sobre som alto e socorro de pessoas com problemas emergenciais de saúde são as ocorrências que mais aparecem. Até mesmo um parto já foi feito dentro de uma das viaturas.

Terceiro, encontra-se certo tipo de padrão de abordagem. Encontrei pelo menos duas centenas de TROs que seguiam o mesmo padrão apresentando a seguinte estrutura:

**ATTITUDE “SUSPEITA” →
ABORDAGEM →
PESSOA LEVADA À DELEGACIA PARA “SARQUE”³³ →
NADA CONSTATADO →
PESSOA LIBERADA**

Quando conversei com os dois subcomandantes sobre isto, pareceram desco-

³³Em muitos casos, há o registro de que o sistema do “sarque”, de responsabilidade de Polícia Civil, está inoperante. Conforme desconfiei, escutei que esta informação é usada por policiais civis de plantão para “se livrarem” do caso. Muitos policiais militares reclamaram de tensão e descaço que sofrem nas DPs.

nhecer a situação e classificaram, com certo constrangimento, a abordagem como ilegal e inadequada. Afirmaram também que o policial estaria se “queimando” ao escrever uma TRO com esse teor. Entretanto, é nesta situação onde melhor se percebe que a violação da lei perpetrada pelo agente da lei, em nome da lei, de forma violenta, abusiva e extrajudicial, revela o estado em encontro com suas margens. Confirma-se dramaticamente, nesta situação, a hipótese de uma nova ordem jurídica onde leis especiais são aplicadas a determinados indivíduos, num território sob estado de exceção. Assim, a ação do agente policial se dá ao mesmo tempo dentro e fora de lei. Fora da lei quando conduz sob custódia o indivíduo sem flagrante ou mandado de prisão, mas dentro da lei que se aplica àquele território. O procedimento se mostra tão naturalizado que é exercido pelo agente sem recorrer ao conhecimento que possui da lei e é sofrido pelos abordados ora com irritação ora com medo, mas também sem questionar a legalidade da condução. A polícia e os indivíduos, mesmo debaixo dos protestos de alguns- especialmente ligados a ONGs e entidades de direitos humanos ou intelectuais-, parecem conviver numa prática onde se espera que a regulação do cotidiano seja executada através de uma ordem jurídica própria.

Quarto, observei pelo menos uma ocorrência em cada mês de “tumultos”, especialmente na Praça do Conhecimento, que me foi sempre apresentada como “muito calma”. Em maio de 2012, houve briga

generalizada que culminou em pedradas e garrafadas em direção aos policiais. No mês anterior, o “tumulto” ocasionou ferimentos por garrafadas em dois policiais. Em todos os casos, houve registro de uso de granadas de efeito lacrimogêneo. Em nenhum deles, parece ter havido disparo de armas de fogo.

Quinto, a ocorrência de pequenas apreensões de drogas e armas de baixo calibre. Estas ocorrências parecem ser troféus para as GTPPs, uma vitória do gato sobre o rato. O gato é premiado com folgas pelo comando.

DA “PORRADANOFAVELADO” AO “OS DONOS DOS MORRO SÃO OS MORADORES, NÃO É A GENTE”: percepções sobre o policiamento de pouca “proximidade” no Morro do Alemão

No Morro do Alemão, acompanhei uma GTPP em patrulha à noite, em meu primeiro dia nesta unidade; e uma GPP, durante o dia, em minha última visita.

Solicitei ao subcomandante o acompanhamento da operação, da GTPP, e fui apresentado ao sargento que a lideraria. Enquanto aguardava os preparativos para a saída, conversei com outro sargento, supervisor, que ficaria na base. Em nossa conversa, mostrou-se desapontado com o projeto da UPP; afirmou ter certeza que este acabaria depois das Olimpíadas e as coisas se tornariam piores do que antes. Chegou a unidade do Alemão indicado pelo comando e, logo no primeiro dia, recebeu um tiro de raspão na perna. “Foi meu cartão de visitas”. Em outra visita ao campo, perguntei se pode-

ríamos continuar a conversar sobre sua função e atribuições como supervisor. Ele respondeu: “Meu papel é bater em favelado. Projetos sociais é com ele”, apontando para um outro agente, cuja função era de mediação e relações públicas. Continuou, dizendo: “Proximidade é o cacete, proximidade é porque a gente tá aqui todo dia”. Olhei para o agente e a soldado P5³⁴, na expectativa de que confirmassem que se tratava de uma jocosidade ritual, mas eles, baixando o tom de voz e com olhar constrangido indicaram que aquele sargento não estava de brincadeira. Continuando a conversa, o agente mediador indicou que, no contexto do Alemão, só caberia a lógica do “tiro, porrada e bomba” e que isto seria o correto, mas interesses políticos exigiriam certa maquiagem.

A patrulha desta GTPP foi feita à noite, durou cerca de duas horas e meia (18h às 20h30), com oito policiais, e liderada pelo primeiro sargento supervisor, que esteve ao meu lado por todo o trajeto e se mostrou falante e receptivo a perguntas. Percorremos todo o perímetro de atuação desta unidade. No trajeto, houve apenas uma abordagem para revista. A tensão pairava no ambiente, no semblante dos soldados e em alguns moradores, especialmente enquanto atravessamos “áreas críticas”.

Este Supervisor parecia mais integrado aos conceitos de “proximidade” propostos, pelo menos teoricamente, à UPP. Com 20 anos de polícia, tendo servido por muitos anos no Batalhão da Maré,

acha que “lá era muito pior que o Alemão”.

“Não estou dizendo que não vai acontecer nada comigo, mas acho que se tivesse que acontecer teria acontecido lá”

Portava uma arma de uso pessoal, cano comprido, de médio alcance. Outros soldados portavam fuzil e pistolas. Todos usavam coletes. Apenas o sargento, entretanto, e notei que foi esta sua orientação, conversava comigo. Os outros, pouco falaram. A caminhada foi árdua, com muitas escadarias, e algumas áreas difíceis de serem acessadas. Muitas ruas e becos sem iluminação traziam uma preocupação extra. “Isso é coisa deles”, disse o Sargento, referindo-se aos traficantes, que quebravam as lâmpadas para que o local permanesse escuro. Logo, encontrei pichações de ameaça aos policiais, as quais fotografei.

Durante a conversa, este sargento enfatizou que “nós não somos donos da favela. Estamos aqui pra fazer policiamento e reprimir o crime, mas os donos disso aqui são eles. Sempre falo isso pros meus homens: ‘você não são donos da favela. Os donos disso aqui são os moradores”.

No caminho, passamos pelo local onde um policial havia sido morto. Era escuro e deixava a todos muito expostos, pois tratava-se de uma confluência de escadarias. Este era o ponto crítico do trajeto e do policiamento local. Logo depois, fomos a um bar conhecido como “Bar do Russo”. Havia sete pessoas bebendo por lá. O sargento me conduziu até os fundos do estabelecimento, um pequeno espaço com um banheiro sujo. Contou que era comum

³⁴Relações públicas e ação social.

que a área fosse usada para prostituição de menores e consumo de drogas, mas o Russo, dono do bar, não tinha como evitar que isso acontecesse. Seu argumento era que a repressão ao crime teria que levar em consideração situações como essa e não prejudicar nem moradores nem comerciantes.

Ele chama o Russo para a conversa. “Russo conta pra ele aí”

Russo, um pouco constrangido no início, ser saber qual era minha posição ali, que só foi explicada depois, confirma a fala do Sargento.

“Não tenho como impedir... não dá. Quando eles tão fazendo coisa errada, eu falo, peço pra parar, mas tenho que vender e não posso perder meus clientes. O homem que tava aqui é bom cliente, tem dinheiro. O senhor entende, né?”

Referia-se a uma abordagem passada quando alguém foi pego naquele local consumindo drogas e supostamente tendo relações sexuais com uma menor de idade. Russo continua.

“O senhor”, referindo-se ao Sargento, “é educado, entende a gente. Gente fina... como tem muito policial aqui, a maioria, que vem, cumprimenta a gente, tem educação... mas aquele que teve aqui não. Aquele policia, que até parece com o senhor, é moreno assim, veio aqui, nem perguntou e já meteu a mão na minha cara, esculachou na frente dos clientes...fui humilhado... não sou traficante não, sou trabalhador”.

“Já afastei ele, Russo. Ele nunca mais fazer isso por aqui”

Não sei se até que ponto me levar

àquele local foi premeditado ou a fala do Russo foi além do que previa a situação inicial, mas a visita àquele bar foi de grande riqueza analítica por ilustrar o quanto a lei e as práticas do estado são colonizadas por outras formas de regulação que emanam das necessidades prementes das populações a fim de assegurar sua sobrevivência política e, principalmente, econômica (Das e Poole, 2004). As práticas do estado nestas zonas de emergência, ou em estados de exceção, como sugeriram Das e Poole (2004), não podem ser interpretadas simplesmente a partir das categorias de lei e transgressão, mas em termos de práticas que se configuram por dentro e por fora da lei.

Percebi, durante esta caminhada, que estava proibida a venda de qualquer produto para policiais. A relação entre policias e a população local era de pouca proximidade e parecia estar, naquele período, num momento crítico, que só veio a piorar com o decorrer do ano de 2013.

OS TROS NO ALEMÃO

A leitura dos TROs da UPP do Alemão aponta para algumas questões:

Primeiro, as ocorrências de menor risco ocupam o maior tempo e esforço dos policiais chamados “operacionais”. Brigas domésticas, perturbação da ordem, desacordos comerciais que viram agressões, reclamações sobre som alto e socorro de pessoas com problemas emergenciais de saúde são as ocorrências que mais aparecem.

Segundo, apesar disso, o elevado nú-

mero de confrontos com traficantes. Alguns meses, como novembro/2012, por exemplo, registraram sete ocorrências de confrontos com troca de tiros. O que chama a atenção é o fato de ter encontrado em torno de 100 TROs que apontam para confrontos com troca de tiros, mas sem vítimas, sejam policiais, traficantes ou moradores. A resposta pode estar na qualidade ou no tipo de confronto que se estabeleceu entre policiais e traficantes no Morro do Alemão. Se na Nova Brasília há uma interação ritual tipo “gato e rato”, com pouca violência ou utilização de armas, no Alemão pode haver algum tipo de confronto onde a utilização da arma não tem o objetivo principal de eliminar o inimigo, mas alertá-lo da sua presença e marcar simbolicamente os limites que precisam ser respeitados. Outras hipóteses são: a má pontaria tanto de policiais quanto de traficantes, que leva a confrontos onde o alvo é pouquíssimas vezes atingido; a não exposição nas TROs do fato como realmente aconteceu. Considero estas hipóteses, entretanto, menos prováveis.

Terceiro, um tipo de padrão de ocorrência se destaca: solicita-se a presença da polícia para a resolução de certos tipos de conflito – conjugais, familiares ou de vizinhança, por exemplo –, mas só oferecem a ela uma restrita liberdade de atuação. Não dão a ela a soberania para resolução do conflito. A questão é resolvida no local ou as partes recusam-se a irem à delegacia. Assim, a presença policial é solicitada como uma espécie de

ameaça ou último apelo. Uma presença simbólica que jamais pode se tornar uma presença intervencionista. Cada parte reclama para si o apoio policial para o cumprimento do seu direito, mas não delega ao agente do estado a intervenção efetiva ou violenta para a solução do conflito. Usar a polícia, na forma de apelação ao estado, “contra” um parente, cônjuge ou vizinho, fere as regras de sociabilidade da favela. Espera-se que o conflito se resolva ou não se resolva através das regras locais de sociabilidade, o que é fruto de uma presença fraca do estado assistencialista e abusiva do estado violento na forma militarizada. Chamar o policial da UPP torna-se um artifício extra, mas com seus próprios limites.

A presença do estado na forma da polícia é, como na etnografia de Poole (2004) sobre o estado peruano, uma ameaça e uma garantia. Uma ameaça de perder a autonomia e a liberdade na solução de seus próprios conflitos, assim como da prisão e da violência, mas também uma garantia de que a lei possa ser utilizada com algum tipo de benefício.

Nestas três situações- as abordagens policiais, as negociações para liberação de eventos e as patrulhas em suas interações rituais com moradores e traficantes- ficam evidentes os tipos de dispositivo de representações da criminalidade, de controle e gestão moral da vida destas populações que vivem às margens construídas pelo próprio estado. Na abordagem, encontra-se o agente do estado na sua forma mais crua e abusiva, ao suspender a lei em nome

da lei e da segurança; nas negociações para liberações de ventos, o agente paternalista e “civilizador”, imbuído da missão de gerir a moral e os costumes das populações faveladas; por fim, nas interações das patrulhas, o estado em sua forma de drama ritual, mostrando para si mesmo e para os outros o que é ser um agente do estado em ação nas margens deste mesmo estado.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. Outra travessia. Santa Catarina, volume 5, p.9-16, 2005.

_____. Estado de Exceção. Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo, Boitempo, 2004.

AMORIM, Carlos. Comando Vermelho: A História Secreta do Crime Organizado. Rio de Janeiro, Record, 1993.

ASAD, Talal. Where are the margins of state? Anthropology in the margins of the state/ edited by Veena Das e Deborah Poole. Santa Fe, Novo Mexico, School of American Research Press, p. 279-288, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. O Poder Simbólico. Tradução: Fernando Tomaz, 13ª. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. The state and its margins. Anthropology in the margins of the state/ edited by Veena Das e Deborah Poole. Santa Fe, Novo Mexico, School of American Research Press, p. 3-34, 2004.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

LIMA, Carlos Alberto de. Força de pacificação: os 583 dias da pacificação dos complexos da Penha e do Alemão. Rio de Janeiro: Agência 2ª comunicação, 2012.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo, Boitempo, 2005.

MACHADO, Carly Barboza. Projetos de Pacificação do Rio de Janeiro: dimensões morais, políticas e religiosas. Texto apresentado na IX Reunião de Antropologia do Mercosul, no Grupo de Trabalho: GT09 – Antropologia das Moralidades, de 10 a 13 de julho de 2011-Curitiba, PR.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. Exposição apresentada à mesa redonda: “Violência no público e no privado”, realizado em 17 de abril de 1995, no IUPERJ, Rio de Janeiro.

_____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. Revista Estudos Avançados. 21(61), p. 139-157, 2007.

POOLE, Deborah. Between threat and guarantee; justice and community in the margins of the peruvian state. An-

thropology in the margins of the state/
edited by Veena Das e Deborah Poole.
Santa Fe, Novo Mexico, School of American
Research Press, p. 35-66, 2004.

RAMOS, Silvia. Elemento suspeito:
abordagem policial e discriminação na
cidade do Rio de Janeiro / Silvia Ramos,
Leonarda Musumeci; com artigos de
Paul Amar e Marcelo Paixão. Rio de Ja-
neiro, Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, André & SIQUEIRA,
Raiza. As unidades de polícia pacificadora
e a segurança pública no Rio de Janeiro
in Unidades de polícia pacificadora:
debates e reflexões, organizado por An-
dré Rodrigues, Raíza Siqueira e Mauri-
cio Lissovsky, Rio de Janeiro, ISER, 2012.

ROSE, Nikolas & Peter MILLER. “Po-
litical Power beyond the State: Problemat-
ics of Government.” *The British Journal
of Sociology* 43(2): 173-205. 1992.

SOARES, Luis Eduardo e colaboradores.
Violência e Política no Rio de Janeiro. Rio de
Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996.

Segurança tem saída. Rio de Janeiro:
Sextante, 2006.

TURNER, Victor. *The Anthropology
of performance*. PAJ publications,
New York, 1987.

VINICIUS ESPERANÇA

Possui licenciatura em Ciências Sociais
pelo IUPERJ. Pesquisador associado do ISER.
Pós-graduado em Ciências da Religião, Me-
stre em Ciências Sociais pela UFRRJ e dou-
torando em Ciências Sociais pelo IESP-UERJ.